

*[Handwritten signatures and initials]*

## ATA

Aos 21 dias do mês de junho do ano de 2017, pelas 10:00, reuniram na Direção de Serviços para as Relações Profissionais nas Regiões Norte e Centro (DSRPRNC) da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), sita à avenida da Boavista, n.º 1311, 4.º andar, no Porto, os representantes das entidades de que se dá nota na folha de presenças junta (v. anexo I).

Após a assinatura da folha de presenças, as partes procederam à entrega das respectivas credenciais, as quais mandatam os seus representantes no presente processo (v. anexo II).

A reunião foi convocada pelos serviços competentes do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, ao abrigo das disposições sobre o direito à greve, e respeita aos avisos prévios de greve abrangendo os Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica que prestam serviço, nomeadamente, nas Entidades Públicas Empresariais, a realizar-se por tempo indeterminado a partir das 00:00 do dia 29 de junho de 2017 (v. anexo III).

A actividade das entidades destinatárias dos avisos prévios de greve integra-se no âmbito da satisfação de necessidades sociais impreteríveis, de acordo com o preceituado na alínea b) do n.º 2 do artigo 537.º do Código do Trabalho.

Os serviços mínimos não estão regulados por instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, nem houve acordo anterior entre as partes, pelo que a presente reunião tem como objectivo a negociação de um acordo sobre os serviços mínimos e os meios necessários para os assegurar durante a greve em apreço, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 538.º do Código do Trabalho.

Iniciada a reunião, o representante da DGERT informou que os representantes do STSS – Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica e do SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos comunicaram por escrito a esta Direção de Serviços a aceitação para a greve em apreço da definição de serviços mínimos constante da ata que se apensa (v. anexo IV).

Analisadas as posições das partes, os representantes do SINDITE – Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica e do Hospital Distrital

*[Handwritten signatures and initials]*

da Figueira da Foz, EPE também aceitaram os termos do acordo atrás mencionado.

Em face do exposto, as partes celebraram acordo quanto à definição dos serviços mínimos e dos meios necessários para os assegurar no decurso da greve a realizar por tempo indeterminado a partir das 00:00 do dia 29 de junho de 2017, nas seguintes condições:

- 1.1. Nas primeiras quarenta e oito horas de greve, devem ser prestados cuidados de saúde em serviços mínimos:
  - 1.1.a) Em situações de urgência nas unidades de atendimento permanente que funcionam vinte e quatro horas por dia;
  - 1.1.b) Nos cuidados intensivos;
  - 1.1.c) No bloco operatório, com exceção dos blocos operatórios de cirurgia programada;
  - 1.1.d) Na hemodiálise;
  - 1.1.e) Nos tratamentos oncológicos.
- 1.2. Sem prejuízo do disposto no ponto 1.1., devem ser prestados os seguintes serviços mínimos de tratamento oncológico durante o período de greve:
  - 1.2.a) Realização de intervenções cirúrgicas ou início de tratamento não cirúrgico (radioterapia ou quimioterapia), em doenças oncológicas de novo, classificadas como de nível de prioridade 4, nos termos do n.º 3 da Portaria n.º 1529/2008, de 26/12;
  - 1.2.b) Realização de intervenções cirúrgicas em doenças oncológicas de novo, classificadas como de nível de prioridade 3, nos termos da Portaria n.º 1529/2008, de 26/12, quando exista determinação médica no sentido da realização dessa cirurgia;
  - 1.2.c) Continuidade de tratamentos programados em curso, tais como programas terapêuticos de quimioterapia e de radioterapia, através da realização das sessões de tratamento planeadas, bem como de tratamentos com prescrição diária em regime de ambulatório (por exemplo, antibioterapia ou pensos);

*[Handwritten signatures and initials]*

- 1.2.d) Outras situações, designadamente cirurgias programadas sem o caráter de prioridade definido anteriormente, devem ser consideradas de acordo com o plano de contingência das instituições para situações equiparáveis, designadamente:
- i) Tolerância de ponto (anunciadas frequentemente com pouca antecedência)
  - ii) Cancelamento de cirurgias no próprio dia (por inviabilidade de as efetuar no horário normal de atividade do pessoal ou do bloco operatório).
- 1.3. Sem prejuízo do disposto no ponto 1.1., devem ser assegurados os seguintes serviços mínimos:
- 1.3.a) Nos serviços imunohemoterapia com ligação aos dadores de sangue, nas instituições cujas necessidades principais de sangue não sejam habitualmente supridas com recurso aos Instituto Português do Sangue e Transplantação (IPST), nos dias de greve devem recorrer ao IPST e sempre que as solicitações não forem satisfeitas por essa via, poderá ativar o recurso à colheita dos dadores de sangue e proceder ao respetivo tratamento e processamento;
  - 1.3.b) Serviços de imunohemoterapia com ligação à recolha de órgãos e transplante, bem como receção e processamento de órgão e tecidos biológicos perecíveis e não substituíveis ou dificilmente substituíveis, cuja colheita exigiu um método invasivo, sempre que a não receção ou o não processamento daqueles conduz à sua inutilização ou inviabilize os estudos a que se destinam;
  - 1.3.c) Assistência a doentes em situação de alimentação parentérica programada antes do início do aviso prévio de greve, bem como nas situações de urgência prescritas por médico responsável;
  - 1.3.d) Punção folicular que, por determinação médica, deva ser realizada em mulheres cujo procedimento de procriação

*Handwritten signatures and initials:*  
S. Silva  
E. Silva  
M. Silva  
J. Silva  
J.

medicamente assistida tenha sido iniciada e decorra em estabelecimento do Serviço Nacional de Saúde;

1.3.e) Distribuição de medicamentos.

1.4. Sem prejuízo do disposto no ponto 1.1., devem ser assegurados os seguintes serviços mínimos:

1.4.a) Nas situações que o médico prescriptor qualifique como urgentes, devidamente fundamentadas;

1.4.b) Nos serviços de internamento e nos cuidados paliativos, devidamente fundamentadas pelo médico prescriptor.

1.5. Os meios humanos necessários para cumprir os serviços mínimos definidos correspondem ao do pessoal ao serviço num domingo ou, quando não haja prestação, nesse serviço ao domingo, deverão ser garantidos os meios humanos necessários de modo a serem prestados os serviços mínimos identificados nos pontos n.º 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, devendo a função ser desempenhada por profissional da área funcional da respetiva especialidade habitualmente adstrito a essa atividade.

1.6. Para além dos serviços mínimos identificados nos pontos n.º 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, a partir das zero horas do terceiro dia de greve, devem ser assegurados em Radioterapia, Anatomia Patológica, Radiologia, Patologia Clínica, Medicina Nuclear, Farmácia, Imunohemoterapia e Cardiopneumologia, serviços mínimos respeitantes a 25% dos profissionais da escala normal de trabalho em dia útil, sempre que esta percentagem não esteja atingida pelos serviços mínimos identificados nos pontos n.º 1.1, 1.2, 1.3, 1.4.

1.7. As instituições devem assegurar as condições necessárias à concretização dos serviços mínimos acordados entre as partes.

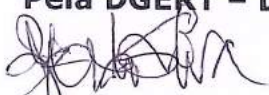
1.8. Os representantes dos sindicatos devem designar os trabalhadores necessários para assegurar os serviços mínimos ora definidos até 24 horas antes do início do período de greve;

1.9. Em caso de incumprimento do dever previsto no número anterior, devem os empregadores proceder a essa designação;

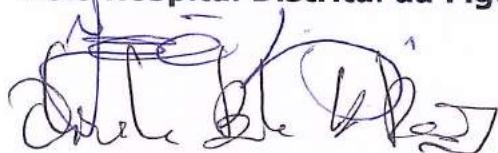
1.10. O recurso ao trabalho dos aderentes à greve só é lícito se os serviços mínimos não puderem ser assegurados por trabalhadores não aderentes nas condições normais da sua prestação de trabalho.

Nada mais havendo a discutir, foi dada por encerrada a reunião com acordo, sendo lavrada a presente acta que vai ser assinada por todos os presentes.

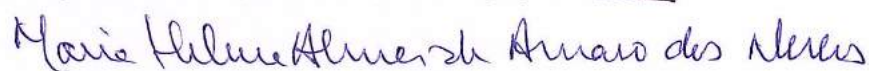
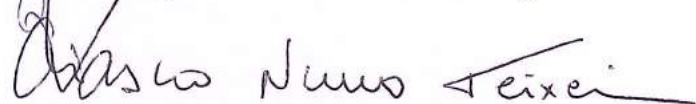
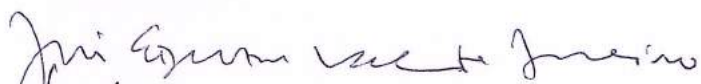
**Pela DGERT – Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho,**



**Pelo Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE,**



**Pelo SINDITE – Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica,**

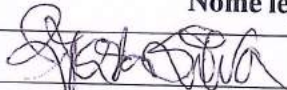
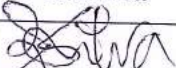
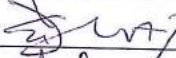
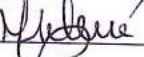

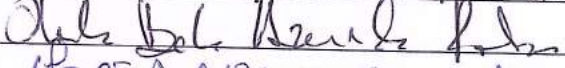






ANEXO I

**Data:** 21 de junho de 2017

**LISTA DE PRESENCAS**

Nome legível	Rubrica	Entidade
		DGERT
João Edgar Valente Junior		SINDITE
Marta Helena Almeida Amaro de Jesus		SINDITE
Vasco Nunes Soares da Silva Teixeira		SINDITE
		HDFE, EPE
JOSE A. ALBINO G. E SILVA		HDFE, EPE





Amélia U



SINDICATO DOS TÉCNICOS SUPERIORES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA



CREDECIAL

O SINDITE - Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, Contribuinte Fiscal n.º 501404767, com sede na Rua Damião de Góis, 93 - S/LJ - Sala 1 - 4050-225, no Porto, credencia os Membros da Direção do SINDITE, Dr. José Edgar Valente Loureiro, Presidente, portador do Cartão de Cidadão n.º 03315694, Contribuinte Fiscal n.º 162035233; Dra. Maria Helena Almeida Amaro das Neves, Secretária Nacional, portadora do Cartão de Cidadão n.º. 06653158, Contribuinte Fiscal n.º. 186955103 e Dr. Vasco Nuno Soares da Silva Teixeira, Secretário Nacional, portador do Cartão de Cidadão n.º 07715544, Contribuinte Fiscal n.º 188917160, como representantes do SINDITE, a quem concede todos os poderes necessários e suficientes para negociar e acordar o que entenderem por conveniente quanto aos serviços mínimos a serem prestados na Greve com início às 00h00 do dia 29 de junho de 2017 e por tempo indeterminado.

Por ser verdade, a presente Credencial, para os devidos efeitos legais, vai assinada pela Secretária Geral e um Membro do Secretariado Nacional deste Sindicato (BTE, 1.ª série, n.º 26, de 15/07/2012 e BTE, 1.ª série, n.º 2, de 15/01/2013) e devidamente carimbada.

Porto, 20 de junho de 2017

Dina Teresa Carlosvalho
Secretária Geral
António Carlos Silva Santos
Secretário Nacional

SEDE: Rua Damião de Góis, 93 - S/LJ - Sala 1 - 4050-225 Porto - Telefone: 225 088 119 - Fax: 225 099 753
DELEGAÇÃO: Av. Cidade de Luanda, 3 B - 1º - 1800-098 Lisboa - Telefone: 213 523 951
www.sindite.pt



Federação de Sindicatos da Administração Pública e Entidades com Fins Públicos



Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços

Handwritten text at the top of the page, possibly a header or title.



### Handwritten section header or title.

Main body of handwritten text, consisting of several lines of cursive script.

Second section of handwritten text, appearing as a separate paragraph.

Handwritten text at the bottom of the main body.



Final section of handwritten text at the bottom of the page.

## CREDECIAL

**Hospital Distrital da Figueira da Foz E.P.E.**, pessoa colectiva n.º 506361527, matriculada na conservatória do registo comercial sob o n.º 506361527, com o capital estatutário de 27.050.000,00€, com sede em lugar da Gala, S. Pedro 3094-001 Figueira da Foz, (a seguir designada por «Mandante»), representada por, Dr. José António Albino Gonçalves e Silva, no estado civil de casado, portador do Cartão do Cidadão n.º 04190450 8 ZY9, na qualidade de Vogal Executivo do Conselho de Administração do HDFS, EPE, com poderes para o ato, nos termos do consagrado nos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei 18/2017 de 10 de fevereiro, declara que, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 486º e seguintes do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, representar a Mandante, em reunião junto da DGERT no processo de definição dos serviços mínimos, bem como dos meios necessários para os assegurar na greve por tempo indeterminado nas Entidades Públicas Empresariais de Saúde na região Norte e Centro cujo início está agendado para o dia 29 de junho de 2017, na sequência do aviso prévio subscrito pelo Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica (STSS).

Nomeia como representantes do Hospital Distrital da Figueira da Foz E.P.E., o Dr. José António Albino Gonçalves e Silva, portador do Cartão do Cidadão n.º 04190450 8 ZY9 e Dr.ª Olinda Bela Azevedo Rocha, portadora do Cartão do Cidadão n.º 05537124 8ZZ4 a quem confere os bastantes poderes, para representarem a mandante junto da DGERT, manifestando as posições que entenderem por adequadas.

Por ser verdade, se passa a presente credencial, para os devidos e legais efeitos, vai ser assinada pelo Vogal do Conselho de Administração, nos termos do disposto no artigo 12.º do Anexo II do Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de Fevereiro.

Figueira da Foz, 20 de junho de 2017.

O Vogal do Conselho de Administração

(Dr. José Albino Gonçalves e Silva)





Tipo Doc.:  
Anexos: Sim  
Funcionário: CARLA ALEXANDRA MARTINS RIBEIRO  
Serviços Destino: DSRPN

✓ Anexo III

**Claudia Martins**

De: STSS <stss@stss.pt>  
Enviado: 5 de junho de 2017 17:41  
Para: Gabinete Ministro Trab. Seg. Social  
Assunto: Envio de Aviso Prévio de Greve  
Anexos: Pre aviso 21 e 22 junho e TI.pdf

Importância: Alta

A DGERT,  
[Assinatura]  
05.06.2017

Sandra Ribeiro  
Chefe de Gabinete



Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Pelo presente remetemos documento para o qual e dada a sua extrema importância solicitamos a melhor atenção.

Mais ainda, solicitamos que acusem a recepção do presente email.

Sem outro assunto de momento, com os melhores cumprimentos

A Direcção Nacional

*Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica*

*Anteriormente denominado Sindicato das Ciências e Tecnologias da Saúde*

*Sede: Rua Dr. Campos Monteiro, 170*

*4465-049 S Mamede Infesta*

*Telf: 22 9069170 Fax: 22 9069179*

*E-mail: stss@stss.pt*

*Web: www.stss.pt*

Este e-mail, incluindo os seus anexos, dirige-se exclusivamente ao(s) destinatário(s) indicado(s). Contém informação para um fim específico, com carácter confidencial ou reservado e protegido pela legislação aplicável. Se este e-mail lhe não é dirigido, solicitamos o favor de o comunicar ao remetente pela mesma via e de imediatamente eliminar toda a informação nele contida. This e-mail and attached files are intended only for the use of the individual or entity named above. It contains information that is confidential, privileged and exempt from disclosure under applicable law. If you have received this transmission in error, please immediately notify us by e-mail at the above address and delete this e-mail from your system.

Entrada Nº: 2.751 De 2017/06/06 - Serviço Entrada: DGERT  
MAIL

Tipo Doc.:  
Anexos: Sim  
Funcionário: MARIA GUALDINA PEREIRA SOARES VIEIRA FRAGOSO  
Serviços Destino: DGERT DSRPL

Processo: 39.23.202.2017.4 - DSRPN Antecedentes: NA  
DESPACHO DE SERVIÇOS MENINOS

Título: PRÉ-AVISO DE GREVE: HOSPITAIS EPE, ENTRE OUTROS/STSS. GREV  
JUNHO; 29 JUNHO P/II

Assunto: PRÉ - AVISO DE GREVE

Técnicos:MSS - 2017/06/07 ; -

Administrativos: CMR - 2017/06/07 ; -

Ministério do Trabalho, Solidariedade e  
Segurança Social  
Gabinete do Ministro  
Entrada Nº 5267 de 21/2017/2  
5 de JUNHO de 2017



Rua Dr. Campos Monteiro, 170 - 4465 049 S Mamede Infesta  
Telefone: 22 9069170 Fax: 22 9069179 stss@stss.pt

## AVISO PRÉVIO DE GREVE

### A) ENTIDADES DESTINATÁRIAS

Ao Primeiro-Ministro; ao Ministro das Finanças; ao Ministro da Economia; ao Ministro da Saúde; ao Ministro da Educação; ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; ao Ministro da Defesa Nacional; ao Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; à Ministra da Justiça; a todos os outros Ministros e demais membros do Governo da República; ao Presidente do Governo Regional dos Açores; ao Presidente do Governo Regional da Madeira; à Secretaria Regional da Saúde e a todos os Secretários Regionais dos Açores; à Secretaria Regional da Saúde e a todos os Secretários Regionais da Madeira e, bem assim, todas as Entidades Empregadoras Públicas de Saúde das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e, bem assim, todas as demais Entidades, Serviços e Organismos do Sector Público Regional de Saúde (personalizados ou não) que tenham técnicos de diagnóstico e terapêutica ao seu serviço, independentemente do "regime" de prestação do trabalho; Administrações Regionais de Saúde; Entidades Públicas Empresariais da Saúde, E.P.E.'s; Hospital de Cascais, Dr. José de Almeida; Escala Braga – Sociedade Gestora do Estabelecimento, SA; Escala Vila Franca de Xira – Sociedade Gestora do Estabelecimento, SA; Hospital Beatriz Ângelo; Santas Casas de Misericórdia de Lisboa, de Serpa, Anadia, e, bem assim, todos os Institutos Públicos e demais Entidades, Serviços e Organismos do Sector Público da Saúde (personalizados ou não) que tenham técnicos de diagnóstico e terapêutica ao seu serviço.

### B) DOS OBJECTIVOS DA GREVE

EXIGIR:

**A IMEDIATA APROVAÇÃO, EM CONSELHO DE MINISTROS, DOS PROJECTOS DE DIPLOMA DE REVISÃO / CRIAÇÃO DAS CARREIRAS DOS TÉCNICOS SUPERIORES DAS ÁREAS DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA, RESPECTIVAMENTE EM REGIME DE CTFP E CIT, NOS TERMOS DO ACORDO FIRMADO ENTRE O GOVERNO E OS SINDICATOS, NO PASSADO DIA 12 DE DEZEMBRO**

### C) DECRETAÇÃO

O Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, com sede na Rua Dr. Campos Monteiro, nº 170 - 4465 049 S. Mamede Infesta, comunica para todos os devidos efeitos, atendendo ao disposto do artigo 57º da Constituição da República e nos termos dos artigos 394º, 395º e 396º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovadas pela Lei 35/2014 de 20 de Junho, bem assim como nos termos dos artigos 530º, nº1 e 2, 531º nº 1, 532º, nº1 534º nº 1, 2 e 3; 535º nº1, 2 e 3, 536º, 537º nº 1, 2 alínea b) e 4 e 540º do Código do Trabalho aprovado pela Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro e demais legislação aplicável, decreta a greve dos técnicos de diagnóstico e terapêutica; qualquer que seja a natureza do seu vínculo contratual, a exercer funções no âmbito da administração pública central, regional e local, bem como nas respectivas empresas públicas no âmbito da prestação de serviços e cuidados de saúde, investigação e ensino no âmbito territorial, institucional e pessoal, assim como dos trabalhadores a exercer em regime de contrato de trabalho em funções públicas nas santas casas das misericórdias, referidas na alínea A) deste pré-aviso, das 00.00 do dia 21 de Junho de 2017 às 24:00 do dia 22 de Junho de 2017 e por tempo indeterminado a partir das 00.00 do dia 29 de Junho de 2017, sob a forma de paralisação total do trabalho, assegurando os serviços mínimos previsto na Lei e que a seguir se identificam.

#### D) SERVIÇOS MÍNIMOS

1. Nos serviços que laboram 24 horas por dia nos sete dias da semana, a amplitude dos cuidados de saúde, bem como as equipas a assegurar os serviços mínimos, terão a mesma composição e natureza de serviços a assegurar aos domingos, desde que os Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica nesses serviços prestem cuidados durante as 24 horas.
2. A organização da composição das equipas responsáveis pelos serviços mínimos é da responsabilidade dos respectivos profissionais, nos termos do número anterior, salvo se ocorrerem situações extraordinárias e não previsíveis para o período da greve.
3. Caso se verifique que os não grevistas são em número igual ou superior aos que seriam necessários para assegurar os serviços mínimos, cabe a estes garantir os mesmos.
4. São assegurados os serviços mínimos aos doentes:
  - a. Oncológicos que estejam em tratamento de quimioterapia e radioterapia iniciado antes da greve ou em início de tratamento, classificados como de nível de prioridade 4, bem como aos que tenham cirurgias programadas e consideradas de nível 3, nos termos do N.º 3, da Portaria N.º 1529/2008, de 26 de Dezembro;
  - b. Em situação clínica de alimentação parentérica programada antes do pré-aviso de greve, bem como as situações urgentes que se verifiquem e estejam devidamente fundamentadas pelo médico prescritor.
5. Os grevistas não têm o dever legal de render os trabalhadores não aderentes à greve findo o turno destes.

#### E) SEGURANÇA E MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO E INSTALAÇÕES

Sendo que esta é uma matéria alheia às competências e responsabilidades dos profissionais das tecnologias da saúde atrás referidos, estes assegurarão, contudo, a praticabilidade funcional dos instrumentos e equipamentos necessários à sua função, nos exactos termos do trabalho em situação normal, no quadro dos respectivos serviços mínimos.

Porto, 05 de Junho de 2017

**P' A DIRECÇÃO NACIONAL**

*O Presidente*

*O Vice-Presidente*

*Almerindo Rego*

*Luís Dupont*





Tipo Doc.:

Anexos: Sim

Funcionário: CARLA ALEXANDRA MARTINS RIBEIRO

Serviços Destino: DSRPN



Excelências:

Primeiro-Ministro;

Ministro das Finanças; Ministro da Economia; Ministro da Saúde; Ministro da Educação; Ministro da Defesa Nacional; Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Ministra da Justiça; Ministro do Ambiente; Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa; Ministro-Adjunto; Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público; Presidente do Governo Regional dos Açores; Presidente do Governo Regional da Madeira; Secretária Regional da Saúde e a todos os Secretários Regionais dos Açores; Secretário Regional da Saúde e a todos os Secretários Regionais da Madeira; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente: Administrações Regionais de Saúde, Agrupamentos de Centros de Saúde, Estabelecimentos Hospitalares independentemente da sua designação, Unidades Locais de Saúde; Institutos Públicos e demais Serviços e Organismos da Administração Pública, que tenham ao seu serviço trabalhadores da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, independentemente da sua área de exercício funcional, ou de regime de vinculação ou colaboração.

A todas as entidades interessadas

C/c a Sua Excelência o Senhor Presidente da República

#### PRÉ-AVISO GREVE

##### Objetivos da Greve:

Exigir a imediata aprovação e publicação dos projetos de diploma de revisão/criação das carreiras de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, respetivamente nos Regimes de CTFP e CIT, nos termos do acordo firmado entre o Governo e este Sindicato no passado dia 2016.12.12.

Exigir o cumprimento dos acordos celebrados, por escrito, com este Sindicato nos dias 12.12.2016 e 18.05.2017 que estipulavam a aprovação pelo Governo dos diplomas de revisão das carreiras para o corrente mês de junho e, que ficaram comprometidos pela posição da Secretaria de Estado do Orçamento que impediu a aprovação dos referidos diplomas em sede de Conselho de Secretários de Estado.

Bem como, da inviabilização dos procedimentos negociais tendentes a publicação dos regimes de transição de carreira, de avaliação de desempenho, de concursos, de titulação e designação profissional e de tabelas salariais, parte integrante dos Acordos acima referidos.

Pela defesa e respeito da Dignidade Profissional e da Negociação Coletiva.

Pelos motivos expostos, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos – SINTAP, NIPC 501094644, com sede social na Rua Damasceno Monteiro 114, 1170-





113 Lisboa, nos termos do disposto nos artigos 394º, 395º, 396º e 397º, todos da Lei nº 35/2014, de 20.06, que aprova o Regime da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e, bem assim como nos termos dos artigos 530º/1 e 2, 531º/1, 532º/1, 534º/1, 2 e 3, 535º/1, 2 e 3, 536º, 537º/1, 2, al. b) e 4 e 540º, todos do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12.02, vem declarar e tornar pública a greve dos trabalhadores pertencentes à carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, a exercerem funções no âmbito da prestação de serviços e cuidados de saúde, investigação e ensino, das áreas de Audiologia, Cardiopneumologia, Dietética, Fisioterapia, Saúde Ambiental, Neurofisiologia, Ortoprotésia, Ortóptica, Prótese Dentária, Radiologia, Radioterapia, Análises Clínicas e Saúde Pública, Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica, Farmácia, Medicina Nuclear, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional e Higiene Oral, no âmbito territorial e pessoal acima melhor identificado, independentemente da natureza do vínculo, cargo ou função ou setor de atividade dos trabalhadores abrangidos, vinculados em regime de emprego público ou em regime laboral comum, com efeitos no período compreendido entre as 00H00 horas do dia 29 de junho de 2017 e por tempo indeterminado, como forma de luta e de protesto pelos motivos invocados.

#### Serviços Mínimos:

Nos termos da lei, o SINTAP e os trabalhadores assegurarão a prestação dos serviços necessários à segurança e manutenção do equipamento e instalações e dos serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, nos termos dos acórdãos, acordos ou despachos que regulem esta matéria ou na sua falta nos termos do trabalho prestado aos domingos, mais precisamente:

1 Nos serviços que laboram ininterruptamente nos sete dias da semana, a amplitude dos cuidados de saúde, bem como as equipas a assegurar os serviços mínimos, terão a mesma composição e natureza de serviços a assegurar aos domingos, desde que os técnicos de diagnóstico e terapêutica nesses serviços prestem cuidados durante as 24 horas;

2 A organização da composição das equipas responsáveis pelos serviços mínimos é da responsabilidade dos respetivos profissionais, nos termos do número anterior, salvo se ocorrerem situações extraordinárias e não previsíveis para o período da greve;

3 Caso se verifique que os não grevistas são em número igual ou superior aos que seriam necessários para assegurar os serviços mínimos, cabe a estes garantir os mesmos;

4 Os grevistas não têm o dever legal de render os trabalhadores não aderentes à greve findo o turno destes.



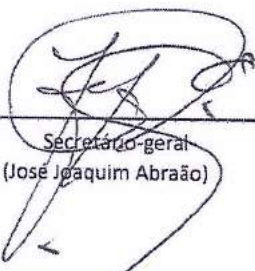


5 São assegurados os serviços mínimos aos doentes oncológicos que:


- a) Estejam em tratamento de quimioterapia e radioterapia iniciado antes da greve ou em início de tratamento, classificados como de nível de prioridade 4, bem como aos que tenham cirurgias programadas e consideradas de nível 3, nos termos do nº 3 da Portaria nº 1529/2008, de 26.12;
- b) Aos doentes em situação clínica de alimentação parentérica programada antes do pré-aviso de greve, bem como as situações urgentes que se verifiquem e estejam devidamente fundamentadas pelo médico prescriptor;
- c) Os grevistas não têm o dever legal de render os trabalhadores não aderentes à greve findo o turno destes.

Lisboa, sede do SINTAP, 12 de junho de 2017.

**O SECRETARIADO NACIONAL DO SINTAP**



Secretário-geral  
(José Joaquim Abraão)



Secretário Nacional  
(Ricardo de Freitas)



SEDE: Rua Damasceno Monteiro, 114  
1170 - 113 LISBOA  
Tel. 21 012 26 00 Fax: 21 012 26 99





SINDICATO DOS TÉCNICOS SUPERIORES  
DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA



## PRÉ-AVISO DE GREVE

### A - ENTIDADES DESTINATÁRIAS

Primeiro-Ministro; Ministro das Finanças; Ministro da Economia; Ministro da Saúde; Ministro da Educação; Ministro da Defesa Nacional; Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Ministra da Justiça; Ministro do Ambiente; Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa; Presidente do Governo Regional dos Açores; Presidente do Governo Regional da Madeira; Secretaria Regional da Saúde e a todos os Secretários Regionais dos Açores; Secretaria Regional da Saúde e a todos os Secretários Regionais da Madeira; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa; Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente: Administrações Regionais de Saúde, Agrupamentos de Centros de Saúde, Estabelecimentos Hospitalares independentemente da sua designação, Unidades Locais de Saúde; Institutos Públicos e demais Serviços e Organismos da Administração Pública, que tenham ao seu serviço Trabalhadores da carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, independentemente da sua área de exercício funcional, ou de regime de vinculação, ou colaboração.

### B - REIVINDICAÇÕES DA GREVE

Reclamar o não cumprimento dos acordos celebrados, por escrito, com este Sindicato nos dias 12.12.2016 e 18.05.2017 que estipulavam a publicação dos diplomas de revisão das carreiras para o corrente mês de Junho e, que ontem ficaram comprometidos pela posição da Secretaria de Estado do Orçamento que impediu a aprovação dos referidos diplomas em sede de Conselho de Secretários de Estado.

Bem como, da inviabilização dos procedimentos negociais tendentes a publicação dos regimes de transição de carreira, de avaliação do desempenho, de concursos, de titulação e designação profissional e de tabelas salariais, partes integrantes dos Acordos acima referidos.

Pela defesa e respeito da Dignidade Profissional e da Contratação Coletiva.

### C - DECRETAÇÃO

Pelos motivos expostos, o SINDITE – Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, com sede social na Rua Damião de Góis, nº 93, S/LJ, sala 1, 4050-225 Porto, nos termos do disposto nos artigos 394º, 395º, 396º e 397º, todos da Lei nº 35/2014, de 20.06 que aprova o regime da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e, bem assim como nos termos dos artigos 530º, nº 1 e 2, 531º, nº 1, 532, nº 1, 534º, nº 1, 2 e 3, 535º, nº 1, 2 e 3, 536º, 537º, nº 1, 2 alínea b) e 4 e 540º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12.02, vem declarar e tornar pública greve dos trabalhadores pertencentes à carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, a exercer funções no âmbito da prestação de serviços e cuidados de saúde, investigação e ensino, das áreas de Audiologia, Cardiopneumologia, Dietética, Fisioterapia, Saúde Ambiental, Neurofisiologia, Ortoprotésia, Ortóptica, Prótese Dentária, Radiologia, Radioterapia, Análises Clínicas e Saúde Pública, Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica, Farmácia, Medicina Nuclear, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional e Higiene Oral, no âmbito territorial e pessoal acima melhor identificado, independentemente da natureza do vínculo, cargo ou função, ou setor de atividade dos trabalhadores abrangidos, vinculados em regime de emprego público ou, em regime laboral comum, com início às 00h00 do dia 29 de Junho de 2017 e por tempo indeterminado, como forma de luta e de protesto pelos motivos invocados.





**D – SERVIÇOS MÍNIMOS**

Nos termos da lei, o SINDITE e os trabalhadores assegurarão a prestação dos serviços necessários à segurança e manutenção do equipamento e instalações e dos serviços mínimos indispensáveis para a ocorrência de necessidades sociais impreteríveis, nos termos dos acordões, acordos ou despachos que regulem esta matéria ou na sua falta nos termos do trabalho prestado aos domingos, mais precisamente:

- a) Nos serviços que laboram ininterruptamente nos sete dias da semana, a amplitude dos cuidados de saúde, bem como as equipas a assegurar os serviços mínimos, terão a mesma composição e natureza de serviços a assegurar aos domingos, desde que os Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica nesses serviços prestem cuidados durante as 24 horas.
- b) A organização da composição das equipas responsáveis pelos serviços mínimos é da responsabilidade dos respetivos profissionais, nos termos do número anterior, salvo se ocorrerem situações extraordinárias e não previsíveis para o período da greve.
- c) Caso se verifique que os não grevistas são em número igual ou superior aos que seriam necessários para assegurar os serviços mínimos, cabe a estes garantir os mesmos.
- d) Os grevistas não têm o dever legal de render os trabalhadores não aderentes à Greve findo o turno destes.
- e) São assegurados os serviços mínimos aos doentes oncológicos que:
  - i. Estejam em tratamento de quimioterapia e radioterapia iniciado antes da greve ou em início de tratamento, classificados como de nível de prioridade 4, bem como aos que tenham cirurgias programadas e consideradas de nível 3, nos termos do n.º 3, da Portaria n.º 1529/2008, de 26 de dezembro;
  - ii. Aos doentes em situação clínica de alimentação parentérica programada antes do pré-aviso de greve, bem como as situações urgentes que se verifiquem e estejam devidamente fundamentadas pelo médico prescriptor.

Porto, 08 de junho de 2017

A Secretária-Geral



(Dina Carvalho)

O Presidente



(José Edgar Laureiro)



**Ricardo.S.Silva**

---

**De:** STSS Lisboa <stss-lisboa@stss.pt>  
**Enviado:** 21 de junho de 2017 11:01  
**Para:** Ricardo.S.Silva  
**Assunto:** RE: Greve convocada pelo STSS, SINTAP e SINDITE - Definição de serviços mínimos



À DGERT

A/c: Dr. Ricardo Silva

Exmos Senhores

Vimos pelo presente, informar V. Exas. que não poderemos estar presentes na reunião que decorre nessa Direção Geral, e para a qual fomos convocados, na sequência dos avisos prévios de greve emitidos pelas associações sindicais no vosso email identificadas, abrangendo os Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica que prestam serviço, nomeadamente, nas Entidades Públicas Empresariais supra indicadas, a realizar-se por tempo indeterminado a partir das 00:00 do dia 29 de junho de 2017, por impedimento de agenda dos nosso Dirigentes envolvidos na greve que hoje iniciámos.

Conforme conversa telefónica já efetuada com o Dr. Ricardo Silva, vimos dar o nosso acordo à proposta por ele apresentada, aceitando que seja efetuada um acordo com as Entidades Empregadoras presentes nessa reunião, nos termos da ata realizada na DGERT em Lisboa no dia 12/06/2017, assinada por este Sindicato e pelos Sindicatos também agora convocados e para os mesmos dias de greve, ou seja, a partir das 00h00 do dia 29/06/2017 e por tempo indeterminado.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos atenciosamente

Com os nossos melhores cumprimentos

A Direção Nacional  
O Vice-Presidente

*Luís Dupont*



## DGERT-Porto

---

**De:** Sintap <sintap@sintap.pt>  
**Enviado:** 20 de junho de 2017 14:39  
**Para:** DGERT-Porto  
**Assunto:** Definição de Serviços Mínimos na greve declarada pelo Sintap  
**Anexos:** img-170620143902.pdf

Ex.mo Senhor,

Em anexo enviamos resposta.

Com os melhores cumprimentos,



Francisco Pimentel  
Presidente – President

José Joaquim Abraão  
Secretário-Geral – Secrétaire Général  
General Secretary - Generalsekretar

Ex.mo Senhor  
Dr. Rui Norberto  
DGERT – Direção de Serviços para as Relações  
Profissionais nas Regiões de Lisboa e Vale do  
Tejo, Alentejo e Algarve  
Rui.M.Norberto@dgert.mtsss.pt

N/Ref.: SN/ 621

V/Ref.:

Processo:

Data: 2017.06.20

**Assunto: Definição de Serviços Mínimos na greve dos trabalhadores pertencentes à carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica, no período entre as 00H00 do dia 29.06.2017 e por tempo indeterminado**

Ex.mo Senhor,

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública – SINTAP, vem, em face do V email de 19.06.17, referir que subscreve a posição do Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, constante da ata de 12.06.17.

Mais refere que, em situações futuras similares e dado que também efetuou um pré-aviso de greve deve ser atempadamente convocado para a reunião a que alude o artigo 538º do Código do Trabalho.

Com os melhores cumprimentos e cordiais saudações sindicais.

O Secretário-Geral



(José Joaquim Abraão)

ASJ/DG





**Ata**

1. Aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, reuniram, pelas onze horas, no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nas instalações da Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), sitas na Praça de Londres, n.º 2, em Lisboa, os representantes das entidades identificadas na folha de presenças junta a esta ata, os quais procederam à entrega das respetivas credenciais que os mandam na presente reunião (Anexo I), a saber:
  - a) Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE (CHLN),
  - b) Hospital Garcia de Orta, EPE (HGO),
  - c) Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica (STSS),
  - d) Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (SINDITE),assim como o representante da DGERT.
2. A reunião foi convocada pelos serviços competentes do Ministério responsável pela área laboral, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 538.º do Código do Trabalho, e respeita aos avisos prévios de greve emitidos pelo Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, e pelo Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, para o período com início às zero horas do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezassete, e por tempo indeterminado (Anexo II).
3. O Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, e o Hospital Garcia de Orta, EPE, integram-se no âmbito de hospitais com estatuto de Entidades Públicas Empresariais (EPE) enquadradas dentro do Sector Empresarial do Estado, cuja atividade compreende a satisfação de necessidades sociais impreteríveis de acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 537.º do Código do Trabalho.
4. Os serviços mínimos não estão regulados por Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho, nem houve acordo entre as partes antes da presente reunião.
5. O período de tempo abrangido pelo aviso prévio de greve, conforme o referido no ponto 2, pode colocar, assim, em causa o funcionamento das entidades mencionadas no ponto 3, e, desse modo, a satisfação de necessidades sociais impreteríveis nos termos do suprarreferido preceito legal.

6. A reunião em apreço tem em vista a negociação de um acordo quanto à definição dos serviços mínimos e dos meios necessários para os assegurar durante o período de greve em referência.

7. Na reunião, as partes chegaram a acordo quanto à definição dos serviços mínimos e dos meios necessários para os assegurar, para o período compreendido entre zero horas do dia vinte e nove de junho de dois mil e dezassete, e por tempo indeterminado, nos seguintes termos:

7.1. Nas primeiras quarenta e oito horas de greve, devem ser prestados cuidados de saúde em serviços mínimos:

7.1.a. Em situações de urgência nas unidades de atendimento permanente que funcionam vinte e quatro horas por dia;

7.1.b. Nos cuidados intensivos;

7.1.c. No bloco operatório, com exceção dos blocos operatórios de cirurgia programada;

7.1.d. Na hemodiálise;

7.1.e. Nos tratamentos oncológicos.

7.2. Sem prejuízo do disposto no ponto 7.1., devem ser prestados os seguintes serviços mínimos de tratamento oncológico durante o período de greve:

7.2.a. Realização de intervenções cirúrgicas ou início de tratamento não cirúrgico (radioterapia ou quimioterapia), em doenças oncológicas de novo, classificadas como de nível de prioridade 4, nos termos do n.º 3 da Portaria n.º 1529/2008, de 26/12;

7.2.b. Realização de intervenções cirúrgicas em doenças oncológicas de novo, classificadas como de nível de prioridade 3, nos termos da Portaria n.º 1529/2008, de 26/12, quando exista determinação médica no sentido da realização dessa cirurgia;

7.2.c. Continuidade de tratamentos programados em curso, tais como programas terapêuticos de quimioterapia e de radioterapia, através da realização das sessões de tratamento planeadas, bem como de tratamentos com prescrição diária em regime de ambulatório (por exemplo, antibioterapia ou pensos);

7.2.d. Outras situações, designadamente cirurgias programadas sem o caráter de prioridade definido anteriormente, devem ser consideradas de acordo com o

plano de contingência das instituições para situações equiparáveis, designadamente:

- i) Tolerância de ponto (anunciadas frequentemente com pouca antecedência)
- ii) Cancelamento de cirurgias no próprio dia (por inviabilidade de as efetuar no horário normal de atividade do pessoal ou do bloco operatório).

7.3. Sem prejuízo do disposto no ponto 7.1., devem ser assegurados os seguintes serviços mínimos:

7.3.a) Nos serviços imunohemoterapia com ligação aos doadores de sangue, nas instituições cujas necessidades principais de sangue não sejam habitualmente supridas com recurso aos Instituto Português do Sangue e Transplantação (IPST), nos dias de greve devem recorrer ao IPST e sempre que as solicitações não forem satisfeitas por essa via, poderá ativar o recurso à colheita dos doadores de sangue e proceder ao respetivo tratamento e processamento;

7.3.b) Serviços de imunohemoterapia com ligação à recolha de órgãos e transplante, bem como receção e processamento de órgão e tecidos biológicos perecíveis e não substituíveis ou dificilmente substituíveis, cuja colheita exigiu um método invasivo, sempre que a não receção ou o não processamento daqueles conduz à sua inutilização ou inviabilize os estudos a que se destinam;



7.3.c. Assistência a doentes em situação de alimentação parentérica programada antes do início do aviso prévio de greve, bem como nas situações de urgência prescritas por médico responsável;

7.3.d. Função folicular que, por determinação médica, deva ser realizada em mulheres cujo procedimento de procriação medicamente assistida tenha sido iniciada e decorra em estabelecimento do Serviço Nacional de Saúde;

7.3.e) Distribuição de medicamentos.

7.4. Sem prejuízo do disposto no ponto 7.1., devem ser assegurados os seguintes serviços mínimos:

7.4.a) Nas situações que o médico prescriptor qualifique como urgentes, devidamente fundamentadas;

- 7.4.b) Nos serviços de internamento e nos cuidados paliativos, devidamente fundamentadas pelo médico prescriptor.
- 7.5. Os meios humanos necessários para cumprir os serviços mínimos definidos correspondem ao do pessoal ao serviço num domingo ou, quando não haja prestação, nesse serviço ao domingo, deverão ser garantidos os meios humanos necessários de modo a serem prestados os serviços mínimos identificados nos pontos n.º 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, devendo a função ser desempenhada por profissional da área funcional da respetiva especialidade habitualmente adstrito a essa atividade.   

- 7.6. Para além dos serviços mínimos identificados nos pontos n.º 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, a partir das zero horas do terceiro dia de greve do período referido nos pontos n.º 2 e 7 da presente ata, devem ser assegurados em Radioterapia, Anatomia Patológica, Radiologia, Patologia Clínica, Medicina Nuclear, Farmácia, Imunohemoterapia e Cardiopneumologia, serviços mínimos respeitantes a 25% dos profissionais da escala normal de trabalho em dia útil, sempre que esta percentagem não esteja atingida pelos serviços mínimos identificados nos pontos n.º 7.1, 7.2, 7.3, 7.4.
- 7.7. As instituições devem assegurar as condições necessárias à concretização dos serviços mínimos acordados entre as partes.
- 7.8. Os representantes dos sindicatos devem designar os trabalhadores necessários para assegurar os serviços mínimos ora definidos até 24 horas antes do início do período de greve;
- 7.9. Em caso de incumprimento do dever previsto no número anterior, devem os empregadores proceder a essa designação;
- 7.10. O recurso ao trabalho dos aderentes à greve só é lícito se os serviços mínimos não puderem ser assegurados por trabalhadores não aderentes nas condições normais da sua prestação de trabalho.
8. Nada mais havendo a tratar, o representante da DGERT deu por terminada a reunião, da qual foi lavrada esta ata, a qual depois de lida em voz alta foi vai ser assinada por todos os presentes, e encerrou o processo face ao acordo alcançado entre as partes, conforme o estabelecido no ponto 7.

**Pelo Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE**

*João Francisco*

**Pelo Hospital Garcia de Orta, EPE**

*[Signature]*

**Pelo Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das áreas de Diagnóstico  
e Terapêutica**

*João do R. H. P.*  
*[Signature]*

**Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica**

*Dr. António Botelho Gomes Correia*  
*[Signature]*

**Pela Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho**

*[Signature]*

**DIREÇÃO DE SERVIÇOS PARA AS RELAÇÕES PROFISSIONAIS NAS REGIÕES DE LISBOA  
E VALE DO TEJO, ALENTEJO E ALGARVE**

Praça de Londres, n.º 2 - 7.º andar - 1049-056 - Lisboa

Rui.M.Norberto@dgert.msess.pt | Tel: (+351) 21 595 35 38 | Voip: 36038 | Fax: 21 844 14 27

**Entidades:** Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE  
 Hospital Garcia de Orta, EPE  
 Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica  
 Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica

**Data:** 12/06/2017

*Amado*

Nome	Entidade	Assinatura
MARCIA NOGUEIRA	HAG, EPE	<i>[Handwritten Signature]</i>
TERESA MADUREIRA	CTM, EPE	<i>[Handwritten Signature]</i>
DINA TEIXEIRA CARVALHO	SINDITE	<i>[Handwritten Signature]</i>
António Carlos Silva dos Santos	SINDITE	<i>[Handwritten Signature]</i>
Luis DUBONT	STSS	<i>[Handwritten Signature]</i>
<i>[Handwritten Signature]</i>	STSS	<i>[Handwritten Signature]</i>
<i>[Handwritten Signature]</i>	DGERT	<i>[Handwritten Signature]</i>



# SINDICATO NACIONAL DOS TÉCNICOS SUPERIORES DE SAÚDE DAS ÁREAS DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

## CREDECIAL


Para efeitos de participação na reunião convocada pela Direcção de Serviços para as Relações Profissionais nas Regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a realizar no dia 12 de Junho de 2017, pelas 10.30 horas, tendo em vista a negociação de um acordo sobre serviços mínimos, relativos à greve decretada por este Sindicato das 00:00 do dia 21 de Junho de 2017 às 24:00 do dia 22 de Junho de 2017 e por tempo indeterminado, a partir das 00:00 do dia 29 de Junho de 2017, a Direcção Nacional do Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das áreas de Diagnóstico e Terapêutica credencia como seus representantes legais e estatutários:

**Luís Alberto Pinho Dupont**, portador do Cartão de Cidadão n.º 07908746 com validade a 08/04/2019

**Fernando José Sousa Zorro**, portadora do Cartão de Cidadão n.º 6065251 com validade a 20-01-2021

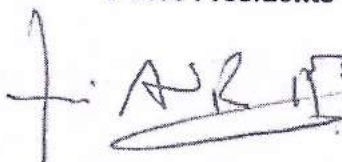
**Tiago Jose Guardado Pereira**, portador do Cartão de Cidadão n.º 11008896 com validade a 13/07/2019

Com os melhores cumprimentos

 A Direcção Nacional

O Vice Presidente

A Dirigente

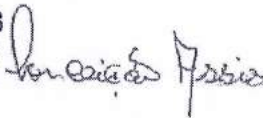


SINDICATO NACIONAL DOS TÉCNICOS  
SUPERIORES DE SAÚDE DAS ÁREAS  
DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Rua do Conde Redondo, Nº 61 - 3º A

1150 - 102 Lisboa

(Luís Alberto Pinho Dupont)



(Maria Conceição Assis)

ANÁLISES CLÍNICAS  
ANATOMIA PATOLÓGICA  
AUDIOLOGIA  
CARDIOPNEUMOLOGIA  
DIETÉTICA E NUTRIÇÃO  
FARMÁCIA  
FISIOTERAPIA  
HIGIENE ORAL  
MEDICINA NUCLEAR  
NEUROFISIOLOGIA  
ORTOPROTESIA  
ORTOPTICA  
PROTESE DENTÁRIA  
RADIOLOGIA  
RADIOTERAPIA  
SAÚDE AMBIENTAL  
TERAPIA DA FALA  
TERAPIA OCUPACIONAL



SINDICATO DOS TÉCNICOS SUPERIORES  
DE DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA



## CREDENCIAL

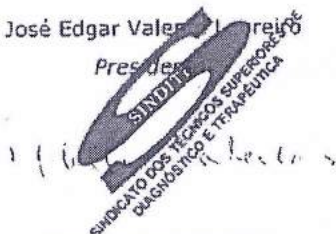
O SINDITE - Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, Contribuinte Fiscal n.º 501404767, com sede na Rua Damião de Góis, 93 - S/LJ - Sala 1 - 4050-225, no Porto, credencia o Membro da Direção do SINDITE, Dr. **António Carlos Silva Santos, Secretário Nacional**, portador do Cartão de Cidadão n.º 06574680, Contribuinte Fiscal n.º 1149360827, como representante do SINDITE, a quem concede todos os poderes necessários e suficientes para negociar e acordar o que entenderem por conveniente quanto aos serviços mínimos a serem prestados na Greve com início às 00h00 do dia 29 de junho de 2017 e por tempo Indeterminado.

Por ser verdade, a presente Credencial, para os devidos efeitos legais, vai assinada pelo Presidente e um Membro do Secretariado Nacional deste Sindicato (BTE, 1.ª série, n.º 26, de 15/07/2012 e BTE, 1.ª série, n.º 2, de 15/01/2013) e devidamente carimbada.

Porto, 09 de junho de 2017

José Edgar Vale

Presidente



Maria Helena Neves

Secretária Nacional

SEDE: Rua Damião de Góis, 93 - S/LJ - Sala 1 - 4050 225 Porto - Telefone: 225 088 119 - Fax: 225 099 753  
DELEGAÇÃO: Av Cidade de Luanda 3 B - 1º - 1800 098 Lisboa - Telefone: 213 523 951  
www.sindite.pt



União Geral de Trabalhadores



Federação de Sindicatos de Administração Pública e Profissionais sem Fim Público



Federação dos Sindicatos da Indústria e Comércio





SINDICATO DOS TÉCNICOS SUPERIORES  
DE DIAGNÓSTICO E TERAPÉUTICA



## CREDENCIAL

O SINDITE - Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, Contribuinte Fiscal n.º 501404767, com sede na Rua Damião de Góis, 93 - S/LJ - Sala 1 - 4050-225, no Porto, credencia o Membro da Direção do SINDITE, Dra. **Dina Teresa Conceição Botelho Ferreira Carvalho**, **Secretária-Geral**, portadora do Cartão de Cidadão n.º 06064635, Contribuinte Fiscal n.º 108364569, como representante do SINDITE, a quem concede todos os poderes necessários e suficientes para negociar e acordar o que entender por conveniente quanto aos serviços mínimos a serem prestados na Greve com início às 00h00 do dia 29 de junho de 2017 e por tempo indeterminado.

Por ser verdade, a presente Credencial, para os devidos efeitos legais, vai assinada pelo Presidente e um Membro do Secretariado Nacional deste Sindicato (BTE, 1.ª série, n.º 26, de 15/07/2012 e BTE, 1.ª série, n.º 2, de 15/01/2013) e devidamente carimbada.

Porto, 09 de junho de 2017

José Edgar Vale de Lourdeiro  
Presidente



Maria Helena Neves  
Secretária Nacional

---

SEDE: Rua Damião de Góis, 93 - S/LJ - Sala 1 - 4050-225 Porto - Telefone: 225 088 119 - Fax: 225 099 753  
DELEGACÃO: Av. Cidade de Luanda, 3 B - 1º - 1800-098 Lisboa - Telefone: 213 523 951  
[www.sindite.pt](http://www.sindite.pt)



União Geral de Trabalhadores



Federação dos Sindicatos de Administração Pública e Entidades com Fins Públicos




Federação dos Sindicatos do Inquérito e Serviços

## Credencial

O Hospital Garcia de Orta, E.P.E, pessoa coletiva n.º 506 361 470, com sede na Av. Torrado da Silva, 2805-267 Almada, representado pelo Presidente do Conselho de Administração Dr. Joaquim Daniel Lopes Ferro, e pelo Vogal do Conselho Dr. Pedro de Andrade Pais Pinto dos Reis, de harmonia com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-A/2016, de 10 de março, e no artigo 12.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de junho, credencia a Senhora Dra. Marília Quintela Nogueira, portadora do Bilhete de Identidade nº8114473, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa em 10/9/2007, Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos deste Hospital a quem se confere os poderes necessários para o representar na reunião a realizar nas instalações da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), no dia 12.06.2017, pelas 10.30 horas, no âmbito da negociação dos serviços mínimos da greve do grupo profissional dos Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, prevista para os dias 21 e 22 de Junho e por tempo indeterminado a partir de 29 de Junho.

Almada, 9 de junho de 2017

Pelo Conselho de Administração



Dr. Daniel Ferro  
Presidente do Conselho  
de Administração  
(Daniel Ferro)

(Pedro Reis)



### CRENCIAL

—Pela presente fica devidamente credenciada pelo Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, Dr. Carlos José das Neves Martins, na qualidade de sua representante legal, a Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Dra. Maria Teresa Madureira dos Santos, portadora do Cartão de Cidadão n.º 04709518, válido até 10.03.2022, para o representar na reunião na Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, sita na Praça de Londres, n.º 2, 7.º Andar, Lisboa, a realizar no dia 12 de junho de 2017, pelas 10h30, tendo em vista a negociação de acordo quanto aos serviços mínimos e quanto aos meios necessários para os assegurar, relativamente à greve convocada pelo Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica.-----

Lisboa e Centro Hospitalar Lisboa Norte, 09 de junho de 2017

O Presidente do Conselho de Administração

Carlos das Neves Martins



### CREDECIAL

—Pela presente fica devidamente credenciada pelo Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, Dr. Carlos José das Neves Martins, na qualidade de sua representante legal, a Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Dra. Maria Teresa Madureira dos Santos, portadora do Cartão de Cidadão n.º 04709518, válido até 10.03.2022, para o representar na reunião na Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, sita na Praça de Londres, n.º 2, 7.º Andar, Lisboa, a realizar no dia 12 de junho de 2017, pelas 10h30, tendo em vista a negociação de acordo quanto aos serviços mínimos e quanto aos meios necessários para os assegurar, relativamente à greve convocada pelo Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica.-----

Lisboa e Centro Hospitalar Lisboa Norte, 09 de junho de 2017

O Presidente do Conselho de Administração

Carlos das Neves Martins